

ECONOMIA

Uma safra de boas notícias em junho

Dados do BC mostram um aumento dos investimentos externos e queda do déficit público

Adriana Chiarini

BRASÍLIA

O Banco Central divulgou ontem uma série de boas notícias sobre o desempenho da economia brasileira nos últimos meses. Segundo dados do BC, os investimentos estrangeiros na produção bateram recorde histórico no primeiro semestre; a despesa mensal com juros caiu significativamente em relação ao ano passado; o déficit público apresentou redução; houve contração da base monetária (dinheiro em circulação no mercado) em junho; e registrou-se um crescimento moderado das reservas internacionais, o que significa menor pressão sobre a dívida interna do Governo.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, os investimentos estrangeiros diretos em produção bateram recorde histórico chegando a US\$ 4,477 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. Em apenas um semestre, o volume de investimentos na produção superou o resultado obtido em todos os anos anteriores. Em 1995, o total foi de US\$ 2,97 bilhões.

Apesar deste bom resultado, o volume de reservas internacionais cresceu moderadamente no período, o que afasta a necessidade de adoção de medidas restritivas à entrada de capital estrangeiro de curto prazo no país e reduz a pressão sobre a dívida pública interna. A diminuição do ritmo de entrada de recursos externos é considerada positiva pelo Governo neste momento porque as reservas já superam US\$ 60 bilhões.

A segunda boa novidade é que o setor público está gastando em média menos R\$ 947 milhões ao mês com juros este ano que em 1995, devido à queda nas taxas de juros. As despesas mensais com juros da União, dos estados, dos municípios e das estatais somadas caíram da média de R\$ 3,109 bilhões no ano passado para R\$ 2,162 bilhões nos primeiros cinco meses deste ano, segundo o chefe do Depec.

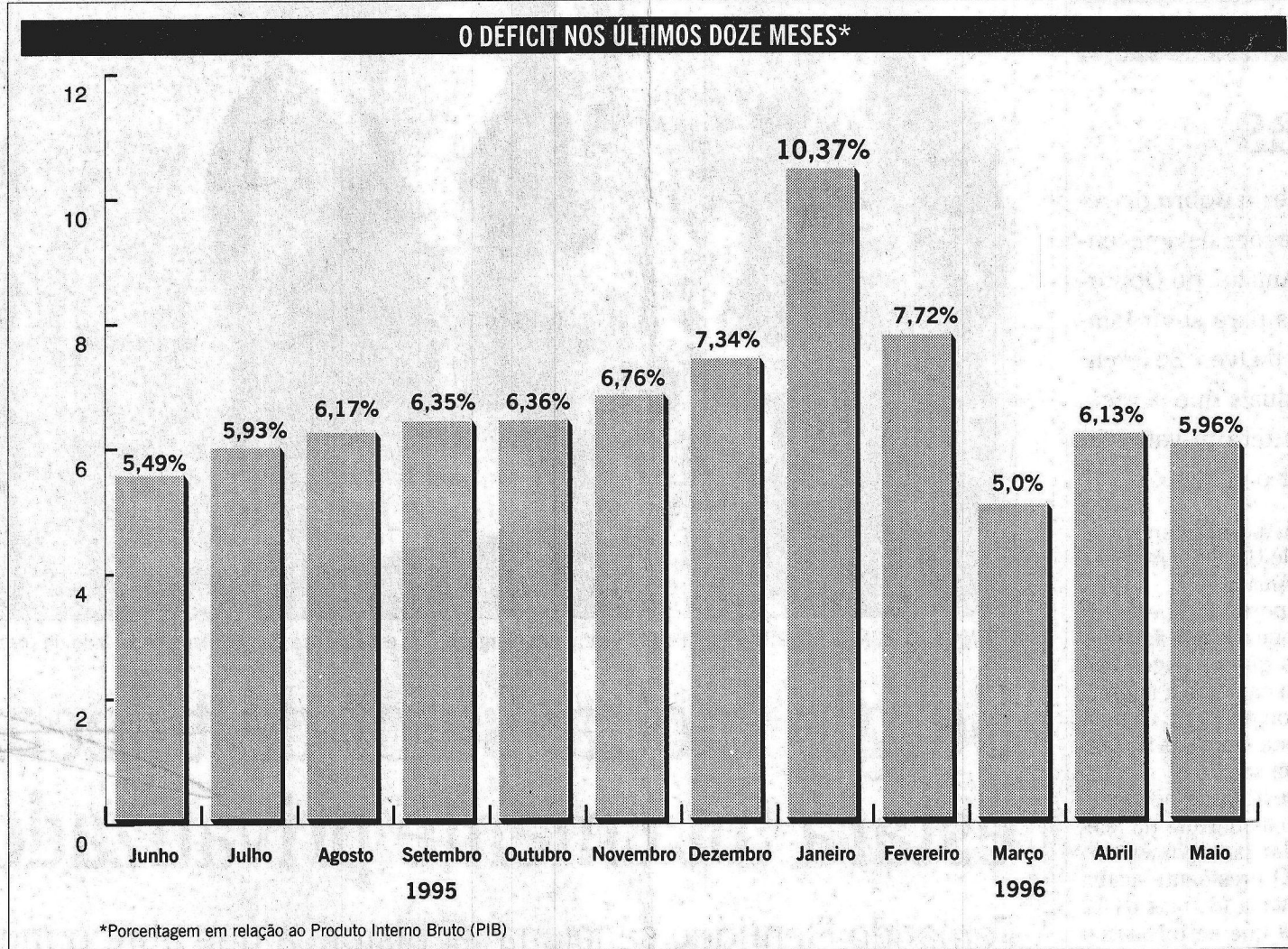
De acordo Lopes, a queda na despesa com juros contribuiu, entre outras coisas, para a redução do déficit nominal do setor público (incluindo União, estados, municípios e estatais) de 6,13% do Produto Interno Bruto (PIB) em abril para 5,96% do PIB em maio. A queda foi puxada pelo Governo federal e pelos Governos estaduais e municipais, que tiveram seus déficits reduzidos para 2,13% e 3,41% do PIB, respectivamente. O déficit nominal das empresas estatais federais, estaduais e municipais subiu de 0,32% do PIB para 0,42%.

Descontadas as receitas e despesas com juros, porém, as contas públicas pioraram um pouquinho e o superávit de 0,63% do PIB em abril caiu para 0,60% do PIB em maio.

Os melhores indicadores vieram da área externa

Os melhores indicadores econômicos vieram mesmo da área externa. Segundo Altamir Lopes, os investimentos diretos de US\$ 1,103 bilhão que entraram no país em junho representam um recorde histórico para um mês sem privatização. Em maio, entraram US\$ 1,623 bilhão, mas a privatização da Light foi responsável por cerca de US\$ 1,2 bilhão desse total. Já as bolsas de valores receberam, em junho, US\$ 843 milhões a menos do que os US\$ 2,345 bilhões de maio, somando US\$ 1,502 bilhão.

— Este número de investimentos di-



ECONOMIA REGISTRA RESULTADOS POSITIVOS EM VÁRIAS ÁREAS

INVESTIMENTOS DIRETOS RECORDES

• **INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS:** Os investimentos externos diretos em produção bateram recorde histórico. A entrada de US\$ 4,477 bilhões neste primeiro semestre supera todos os resultados anuais anteriores. Em 1995, o total foi de US\$ 2,97 bilhões. Em junho, os investimentos diretos somaram US\$ 1,103 bilhão.

• **DESPESAS DO GOVERNO:** A despesa média do setor público — União, estados e municípios — com juros caiu de R\$ 3,109 bilhões ao mês em 1995 para R\$ 2,162 bilhões nos primeiros cinco meses deste ano.

• **DÉFICIT PÚBLICO NOMINAL:** O déficit nominal do setor público diminuiu em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), de 6,13% em abril para 5,96% em maio. A queda foi puxada pelo Governo federal e pelos Governos estaduais e municipais, que tiveram seus déficits reduzidos para 2,13% e 3,41%, respectivamente. Já o déficit nominal das empresas estatais federais subiu de 0,32% do PIB para 0,42%. Descontadas as receitas e despesas com juros, as contas pioraram um pouco: o superávit caiu de 0,63% em abril para 0,60% em maio.

• **IMPACTO DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS:** O impacto monetário da entrada de dólares do exterior foi de apenas R\$ 230 milhões e as reservas internacionais cresceram pouco: de US\$ 58,058 bilhões em maio para US\$ 58,639 bi-

lhões em junho em caixa e de US\$ 59,394 bilhões para US\$ 59,997 bilhões, considerando créditos a receber.

• **BASE MONETÁRIA:** A base monetária (dinheiro no bolso mais reservas bancárias) ficou praticamente estável em junho, com contração de 0,9% na média dos saldos em relação a maio.

• **PRAZO DOS FINANCIAMENTOS:** O prazo médio dos empréstimos captados no exterior aumentaram de 5,1 anos no primeiro trimestre do ano passado para sete anos no segundo trimestre deste ano.

• **CAPTAÇÕES DIRETAS:** A captação direta feita por empresas brasileiras sem intermediação de bancos cresceu 450% do segundo trimestre deste ano para igual período deste ano — passou de US\$ 585 milhões para US\$ 3,220 bilhões. Este ano, as captações somaram US\$ 12,214 bilhões, quase alcançando o total captado no ano passado, de US\$ 15,883 bilhões. Os investimentos em geral passaram de US\$ 10,754 bilhões nos primeiros seis meses de 1995 para US\$ 16,785 bilhões no mesmo período deste ano.

• **FINANCIAMENTOS RURAIS:** Os financiamentos externos ao setor rural no primeiro semestre deste ano chegaram a US\$ 2,034 bilhões, o dobro do captado no ano passado inteiro.

retos em junho é realmente extraordinário. É seguramente o maior da história e é extremamente significativo porque reflete a confiança das empresas estrangeiras em nossa economia — disse Altamir Lopes.

O chefe do Depec explica que esses investimentos estão disseminados por todos os setores da economia. A soma recorde é formada por pequenos valores investidos por várias empresas dos diversos setores econômicos. O fenômeno é diferente do que ocorreu na década de 70, quando algumas empresas de poucos setores concentravam os investimentos, observou Altamir Lopes.

O diretor de Assuntos Internacionais do BC, Gustavo Franco, já disse que os investimentos estrangeiros diretos podem chegar a até US\$ 9 bilhões este ano.

Lopes também destaca o crescimento das captações no exterior feitas diretamente por empresas brasileiras, sem intermediação de bancos. Segundo ele, essa mudança pode ser considerada também como uma prova de confiança dos investidores estrangeiros no Plano Real e significa que o dinheiro captado lá fora está sendo aplicado em produção. Esse tipo de operação somou US\$ 3,220 bilhões no segundo trimestre des-

te ano contra US\$ 585 milhões no mesmo período do ano passado, um aumento de 450% no valor.

No total, os empréstimos, que em todo o ano passado foram de US\$ 15,883 bilhões, chegaram a US\$ 12,214 bilhões só de janeiro a junho. O prazo médio das captações no exterior também cresceu, passando de 4,4 anos no segundo trimestre do ano passado para sete anos de abril a junho de 1996. Os investimentos em geral passaram de US\$ 10,754 bilhões nos primeiros seis meses de 1995 para US\$ 16,785 bilhões no mesmo período deste ano.

Nas contas internas, a dívida federal

INVESTIMENTOS DIRETOS

Período	Investimentos
1992	1.154
1993	397
1994	1.192
1995	2.970
Jan-Jun/1995	1.230
Jan-Jun/1996	4.373
Junho/1996	1.103

FONTE: Banco Central — OBS: Valores líquidos, já descontados os retornos a matrizes de multinacionais — em US\$ milhões

efetiva em títulos, que não considera os papéis estaduais trocados pelo Banco Central, cresceu R\$ 2,765 bilhões de maio para junho. Em 12 meses, esta dívida cresceu o equivalente a nada menos que 10% do PIB, segundo dados do Banco Central, passando de R\$ 48,536 bilhões (7,7% do PIB em junho de 1995) para R\$ 125,181 bilhões (17,6% do PIB no mês passado).

O fator que mais fez a dívida crescer nesses 12 meses foi o impacto de R\$ 26,146 bilhões da entrada de dólares no país no período. Em segundo lugar, vieram os R\$ 23,524 bilhões de juros pagos pelo Governo. O Proer (programa de estímulo à reestruturação do sistema financeiro) e o dinheiro emprestado para os bancos pelo redesconto (linha do Banco Central para ajudar bancos em dificuldades) contribuíram para aumentar a dívida em R\$ 11,437 bilhões.

Por fim, o quarto fator mais importante para o aumento acelerado da dívida pública mobiliária foram os R\$ 8,044 bilhões aplicados pelo Tesouro Nacional na capitalização do Banco do Brasil.

Os empréstimos do Proer somados chegaram a R\$ 13,158 bilhões em junho, com a liberação de mais R\$ 1,008 bilhão no mês passado. A injeção de dinheiro do Proer na economia, no entanto, foi de apenas R\$ 352 milhões no mês e R\$ 8,8 bilhões desde a criação do programa, em novembro do ano passado. O motivo é que R\$ 4,357 bilhões do dinheiro do Proer foram usados para pagar dívidas dos bancos quebrados com o próprio Banco Central, principalmente o rombo que o Banco Econômico deixou no redesconto e nas reservas bancárias do BC.

O Banco Econômico, que está agora sob administração do Banco Excel, já recebeu até mais dinheiro do Proer que os cerca de R\$ 6 bilhões destinados ao Banco Nacional. Entre ter um rombo na conta de reservas bancárias e receber créditos contra o Governo federal dados como garantia para os empréstimos do Proer, o Banco Central preferiu ficar com a segunda opção.

Dívidas de estados e municípios cresceram 2,5% em junho

Já a dívida mobiliária dos estados e municípios cresceu, em junho, 2,5% e chegou a R\$ 45,376 bilhões. O aumento foi puxado pela dívida de Minas Gerais, que cresceu 2%, alcançando R\$ 7,847 bilhões. As dívidas dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul aumentaram, respectivamente, 1,9% e a do município do Rio de Janeiro aumentou na mesma proporção. Os menores crescimentos foram dos débitos do estado e do município de São Paulo, que aumentaram apenas 1,8%.

COLABOROU Gustavo Freire, da Agência O GLOBO